



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – MUNICÍPIO**

Emitente: Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Apiacá

Entidade: Prefeitura Municipal de Apiacá

Gestor responsável: Fabrício Gomes Thebaldi – Prefeito Municipal

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

1.1 DA IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Antes de apresentarmos os pontos de controle que foram selecionados, importante se faz esclarecer algumas questões preliminares e prejudiciais à análise da presente Prestação de Contas por esta Controladoria Interna.

Como é sabido, a Prestação de Contas Anual, objeto da presente manifestação, reflete a atuação do Gestor responsável, no típico exercício das funções administrativas.

Na forma do artigo 135 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e das INs nº 43/2017 e 68/2020, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, constituindo-se nas contas da Prefeitura Municipal de Apiacá.

As INs 43/2017 e 68/2020, elencam os pontos de controle predefinidos pelo Tribunal e que devem ser objeto de análise pelo Controle Interno. Nesse contexto, e sem dúvidas, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.

Ocorre que existe dispositivo normativo junto ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual prevê que análise de demonstrativos contábeis é atividade típica



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

e exclusiva de profissionais com formação acadêmica em Ciências Contábeis e com inscrição no CRC a que estiver sujeito.

Nestes termos, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo, notificou todos os Controladores dos Municípios do Estado para que, caso não sejam contadores, se abstenham de fazer tal análise, sob pena de incorrer em crime de exercício ilegal de profissão.

Fato que, esta Controladora Geral, apesar de possuir formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja bacharelado em direito, não possui graduação em ciências contábeis e, portando, também não possui inscrição no CRC/ES.

Assim, por não possuir formação acadêmica em ciências contábeis e, por conseguinte, inscrição no CRC, evidenciado está a impossibilidade desta Controladora em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimentos técnicos na área, sendo a análise feita por competente servidor.

2. DOS PONTOS DE CONTROLE SELECIONADOS PARA ANÁLISE

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de Procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo Duodécimo 2023 R\$ 1.756.615,00

1.4. Limites constitucionais e legais					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de Procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e IN TC 76/2021.	Revisão analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Contas de Governo Aplicou 26,09%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88, art. 212 – A, inciso XII.	Revisão analítica	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Contas de Governo Aplicou 80,06%
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Análise documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo Aplicou 23,15%
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, art. 19 e 20	Revisão analítica	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes Pessoal executivo: 45,32%

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de Procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de Procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive,	Contas de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

				se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	
--	--	--	--	---	--

2.1 DOS PONTOS DE CONTROLE NÃO SELECIONADOS PARA ANÁLISE

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados acima foram selecionados.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta CGM no ano de 2023 devido a escassez de pessoal técnico lotado na CGM, uma vez que no setor tem apenas a Controladora Geral que esta subscreve, observando que as inspeções e auditorias deverão acontecer no decorrer de exercícios futuros, tornando-se impossível o agendamento prévio, vez que devemos nos ater as demandas e chamados que surgem ordinariamente.

3. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

A prestação de Contas Anual reflete a atuação do Chefe do Poder Executivo Municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal, quais sejam: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como, em respeito às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e às disposições constitucionais e legais aplicáveis.

A Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das unidades gestoras.

3.1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Municipal nº 1.104/2022, alterada pela Lei nº 1.130/2022, elaborada nos termos do §2º, do artigo 165 da Constituição Federal, compreendendo as metas e prioridades do Município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários do governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do Município, Lei Municipal nº 1.088/2021, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 31.600.000,00 (trinta e um milhões e seiscentos mil de reais) para o exercício de 2023, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite estabelecido no artigo 5º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES CONTROLADORIA MUNICIPAL

3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraordinários que, somando ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte.

As alterações quantitativas, decorrentes e transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido.

Essas análises, entretanto, restaram prejudicadas pelos motivos elencados no tópico 1.1.

3.3. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, disciplinou, em seus artigos 18 e 23, sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federação.

Conforme conceituado pela Secretaria do Tesouro Nacional: “A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais”.

O limite referencial par as despesas com pessoal são aplicadas em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), que por sua vez, segundo definições da STN: “É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais”.

De acordo com a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) as despesas com pessoal no Poder Executivo não podem ultrapassar 54% da RCL do Município. Caso esses gastos atinjam 51,3% da RCL o Município entra no limite prudencial.

Conforme dados analisados em 2023 o Município de Apiacá não ultrapassou o limite prudencial de 51,3% da RCL do Município.

Sendo que o percentual atual do Município é de 45,32%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

3.4. GESTÃO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Por determinação da Constituição Federal, os Municípios devem aplicar, anualmente, nunca menos de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, e devem destinar, ainda, não menos que 70% dos recursos provenientes do FUNDEB para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Avaliou-se, com base na documentação que o Município de Apiacá no exercício de 2023, **aplicou 26,09%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quanto a destinação de recursos para pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, constatou-se, com base na documentação, que o Município destinou **80,06%** das receitas provenientes do FUNDEB.

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB com magistério.

A EC 29/2000 acrescentou artigo ao Ato das Disposições Constitucionais transitórias para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, estabelecendo a obrigatoriedade de aplicação mínima, pelos entes da federação, de recursos provenientes de impostos e transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Em relação à aplicação mínima de recursos, restou estabelecido pelo art. 7º, que os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços de saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o §3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Avaliou-se, com base na documentação que o Município de Apiacá, no exercício de 2023, **aplicou 23,15%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Portanto, verifica-se que o Município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

3.5. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

A Constituição Federal disciplinou sobre os municípios, no Capítulo IV, do Título III, que trata da organização do Estado.

Em seu artigo 29-A, ao dispor sobre as despesas do Poder Legislativo, estabeleceu, dentre outras condições, o limite máximo para despesas totais do Poder Legislativo e o limite máximo de gastos com a folha de pagamentos, incluindo o subsídio dos vereadores.

Com base na documentação que integra a prestação de contas, apuraram-se os valores transferidos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, a título de duodécimo, no decorrer do exercício de 2023.

Valor efetivamente transferido	R\$ 1.756.615,00
Datas	18/01/2023; 20/01/2023; 17/02/2023; 20/03/2023; 20/04/2023; 19/05/2023; 20/06/2023; 20/07/2023; 18/08/2023; 20/09/2023; 19/10/2023; 17/11/2023 e 20/12/2023.

Portanto, verifica-se que o Poder Executivo não transferiu recursos ao Poder Legislativo em data posterior à legalmente prevista.

3.6. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

A Lei Municipal nº 924-A/2016 fixou os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) respectivamente.

Da análise das fichas financeiras do Prefeito e Vice-Prefeito referentes ao exercício de 2023, verifica-se que o Prefeito, percebeu R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mensais a título de subsídio, e o Vice-Prefeito, R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Do exposto, constata-se que as despesas com a remuneração desses Agentes Políticos, durante o exercício de 2023, estão em conformidade com o mandamento legal.

4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual sob a responsabilidade do Sr. FABRÍCIO GOMES THEBALDI, Prefeito Municipal de Apiacá, relativa ao exercício de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 2, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

As ressalvas se dão pela impossibilidade da análise dos demonstrativos contábeis, conforme esclarecido no item 1.1 desta manifestação.

Ante todo o exposto no presente relatório, verificado a atuação da Controladoria Interna na Municipalidade de modo efetivo, na medida de suas competências e limitações.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para externar meus votos de estima e apreço.

Apiacá, 12 de Março de 2024.

CAROLINE SATURNINO CHIERICI
CONTROLADORA GERAL
PORTARIA Nº 1156/2022